

O NEOLIBERALISMO NA ECONOMIA POLÍTICA DA AMÉRICA LATINA NO FINAL DO SÉCULO XX

Fábio Luciano Oliveira Costa¹

Resumo: O artigo trata sobre as reformas neoliberais na economia política dos países latino-americanos, no contexto das décadas de 1980 e 1990, ao levar em consideração a descrição de alguns de seus aspectos característicos, por meio de abordagem histórico-crítica e de discussão com a literatura pertinente ao tema. Além da introdução, que apresenta os objetivos do trabalho, o texto conta com mais três partes. Na primeira, analisa determinadas influências que o neoliberalismo passou a ter nas reformas da economia política dos Estados latino-americanos, ao promulgar a ampliação da desigualdade social na região. Na segunda, destaca o caráter massivo que tais reformas assumiram para a quase totalidade dos países da América Latina. Um último tópico tece considerações finais ao reforçar o argumento de que o neoliberalismo consistiu numa nova forma de imperialismo instaurado pelos países desenvolvidos, beneficiando as elites internas e externas, ao enfatizar o caráter que as mesmas assumiram nos distintos territórios latino-americanos.

Palavras-chave: Neoliberalismo; América Latina; Imperialismo.

Resumen: El artículo analiza las reformas neoliberales de la economía política de los países de América Latina en el contexto de los años 1980 y 1990, cuando se toma en cuenta la descripción de algunos de sus rasgos característicos, a través del método histórico-crítico y un debate con la literatura sobre la tema. Además de la introducción que presenta los objetivos de investigación, el texto tiene tres partes. En un primer momento, se analizan ciertas influencias que el neoliberalismo tiene que haber reformas en la economía política de los países latinoamericanos, mediante la introducción de la expansión de la desigualdad social en la región. En el segundo, pone de relieve el carácter masivo de estas reformas han tenido por casi todos los países de América Latina. Un último tema teje las consideraciones finales refuerzan el argumento de que el neoliberalismo era una nueva forma de imperialismo establecidos por los países desarrollados, en beneficio de las elites dentro y fuera, haciendo hincapié en el carácter que tuvo en los distintos territorios de América Latina.

Palabras-clave: Neoliberalismo; América Latina; Imperialismo.

Abstract: The article discusses the neoliberal reforms in the political economy of Latin American countries in the context of the 1980s and 1990s, considering the description of some characteristic features, through the historical-critical approach and a discussion with the literature concerning the theme. Apart from the introduction, which presents the research objectives, the text has three parts. At first, it analyzes certain influences that neoliberalism has to have reforms in the political economy of Latin American states, by introducing the expansion of social inequality in the region. In the second, highlights the massive character of these reforms have taken for almost all the countries of Latin America. One last topic weaves the final considerations strengthen the argument that neoliberalism was a new form of imperialism established by developed countries, benefiting the elites inside and outside, by emphasizing the character that they took in the different Latin American territories.

Key-words: Neoliberalism; Latin America; Imperialism.

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Graduação incompleta em Filosofia pela UFU. Especialista em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Endereço eletrônico: fcostaluciano@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Este trabalho desenvolve um estudo sobre as reformas neoliberais na economia política de alguns dos países latino-americanos, no contexto das décadas de 1980 e 1990, por meio de abordagem histórico-crítica, discutida com trabalhos teóricos pertinentes ao tema. A força, a extensão e o impacto que tais reformas neoliberais passaram a ter, com maior ou menor intensidade, em escala global, introduziram mudanças importantes nas organizações sociais contemporâneas. Apesar de o paradigma ter produzido casos particulares no desenvolvimento de seu projeto numa extensa lista de nações, o neoliberalismo promoveu reformas que garantiram e elevaram a diferenciação entre os ricos e os pobres no mundo.

O velho discurso liberal de que o mercado encontraria as melhores alternativas para promover a justiça social encobriu mais uma vez as reais intenções da tradicional ideologia que, com o neoliberalismo, sofreu uma carga de contestação bem menor do que em períodos anteriores do liberalismo, ao facilitar a legitimação da hegemonia dominante com a diminuição dos conflitos de oposição à ideologia e às práticas do sistema capitalista.

Além desta introdução, o artigo conta com mais três partes. Na primeira, discutem-se as influências que o neoliberalismo passou a ter nas reformas econômicas dos Estados latino-americanos, ao defender o argumento de que as propostas neoliberais de construção de um “Estado mínimo”, não foram efetivadas, mesmo com os ataques sofridos pelo Estado no que diz respeito à proteção social dada aos trabalhadores; à desregulação econômica; à venda de parte importante do patrimônio público; à participação ao incentivo do desenvolvimento dos mercados financeiros. Ao contrário, o Estado continuou a desempenhar papel vital na intervenção e na regulação social, na manutenção e na reprodução do capitalismo, na ampliação das desigualdades sociais, e, graças ao seu papel, é que as reformas neoliberais puderam ser implementadas.

Na segunda, são analisadas as reformas econômicas neoliberais na América Latina na década de 1990, estruturadas também pelos ditames de organismos internacionais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), ancoradas pelos acordos firmados pelo Consenso de Washington² em 1989, estimuladas pelas diferenciadas camadas populacionais internas, cujos resultados

² O Consenso de Washington pode ser caracterizado como um conjunto de regras voltadas para o mercado, estabelecidas pelos Estados Unidos e as grandes instituições financeiras internacionais, as quais são por este país majoritariamente controladas e por ele lideradas quando das suas inaugurações. Cumpriu e cumpre a função de atender, sobretudo aos interesses dos grandes conglomerados empresariais mundiais que controlam parte importante da economia mundial, bem como formular políticas para reduzir a participação social do Estado e direcionar os rumos das estruturas do pensamento e da constituição das mentalidades sob esses princípios.

continuaram a gerar os mecanismos impostos pela dependência política, econômica, social e cultural dos países desenvolvidos e suas grandes instituições multilaterais de crédito, com o aumento da pobreza para a parcela significativa da população e da concentração da riqueza nesses territórios.

Um último tópico tece considerações finais, ao reforçar o argumento de que o neoliberalismo consistiu numa nova forma de imperialismo³ imposto pelos países desenvolvidos, principais beneficiados com as reformas, ao enfatizar o caráter exploratório que as mesmas assumiram nos distintos territórios latino-americanos.

NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA: A AMPLIAÇÃO DA MÁ DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA

O aparecimento de uma bibliografia contemporânea, de acordo com Cervo (2010), que busca interpretar as relações entre os países na América Latina com o resto do mundo, tem apresentado alguns modelos de análise para tentar compreender o período de desenvolvimento do capitalismo estabelecido entre a década de 1930 até fins da década de 1980. A instauração das reformas neoliberais na América Latina apresentou diferenças significativas quando comparadas com as dos países desenvolvidos industrializados. Por aqui, a ortodoxia foi mais severa na aplicação dos postulados das políticas econômicas e sociais.

Classificar de Estado de Bem-Estar Social os Estados latino-americanos têm sido uma tarefa bastante controversa. Além da defasagem com relação ao Estado de Bem-Estar desenvolvido pelos países ricos, os países latino-americanos apresentam diferenciações importantes no processo de estruturação dos Estados e suas formas de garantir os direitos sociais.

Segundo Salama (1997), o Estado de Bem-Estar diz respeito à intervenção do Estado, no sentido de estabelecer um sistema de proteção social caracterizado pela

³ Na concepção de David Harvey, o imperialismo pode ser caracterizado como: “[...] uma fusão contraditória entre ‘a política do Estado e do império’ (o imperialismo como projeto distintamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares) e ‘os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo’ (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia). Com a primeira expressão desejo acentuar as estratégias políticas, diplomáticas e militares invocadas e usadas por um Estado (ou por algum conjunto de Estados que funcionam como bloco de poder político) em sua luta para afirmar seus interesses e realizar suas metas no mundo mais amplo. Com esta última expressão, concentro-me nas maneiras pelas quais o fluxo do poder econômico atravessa e percorre um espaço contínuo, na direção de entidades territoriais (tais como Estados ou blocos regionais de poder) ou em afastamento delas mediante as práticas cotidianas de produção, da troca, do comércio, dos fluxos de capitais, das transferências monetárias, da migração do trabalho, da transferência de tecnologia, da especulação com moedas, dos fluxos de informação, dos impulsos culturais e assim por diante” (HARVEY, 2011, p. 31-32).

existência de direitos sociais universais relacionados com saúde, educação, habitação e garantias sociais como aposentadoria, doença, acidentes de trabalho, seguro-desemprego etc.

Alguns elementos poderiam permitir identificar os Estados latino-americanos como Estados de Bem-Estar antes da inauguração das reformas neoliberais, através das análises sobre os direitos sociais e a seguridade social pública, oferecidas com a assistência médica; aposentadoria; seguros por acidente, doença ou maternidade; subvenções familiares e de lazer (LAURELL, 1997). Contudo, esta autora denomina os Estados de Bem-Estar latino-americanos como restritos e incompletos, pelos seus programas limitados e critérios de inclusão.

Tanto a grande quantidade de excluídos do Estado de Bem-Estar, quanto a não uniformização para os beneficiados, justificaria essa classificação. Os beneficiados sempre foram muito diferenciados no que diz respeito ao grupo social e à região.

Em geral, os militares e os funcionários públicos costumavam receber aposentadorias maiores do que a média geral; no Chile, os militares recebiam oito vezes mais do que a média dos trabalhadores em 1980, quase três vezes na Colômbia em 1982 e aproximadamente cinco vezes no Uruguai, no mesmo ano. No México e no Peru, no início dos anos 1980, as diferenças faziam com que as regiões mais pobres, ocupadas em sua maioria por populações indígenas, dispusessem de oito vezes menos leitos de hospital *per capita* e de sessenta e três vezes menos médicos *per capita* do que as regiões mais ricas (SANTOS, 2004).

A execução de reformas econômicas e políticas neoliberais em massa num Estado, conforme ressalta a literatura (ANDERSON, 1995; SADER, 2003; SALAMA, 1997; SANTOS, 2004), teve com o Chile, em 1973, sob a ditadura de Augusto Pinochet, o pioneirismo de apresentar para o mundo o que em muitos aspectos viriam a constituir os paradigmas das novas reformas nos espaços públicos e privados, seguido pelo Uruguai, em 1974, e pela Argentina, em 1976.

A política econômica do governo Pinochet foi entregue sem restrições a um grupo de economistas da “Escola de Chicago”, inspirados pela filosofia liberal de Milton Friedman, os quais propunham uma política de combate à inflação de cunho monetarista como alternativa para a reversão da crise geral do capitalismo, aprofundada na década de 1970.

O governo e o Estado, para Friedman, poderiam coexistir com a presença de um mercado livre. Haveria inclusive um papel importante atribuído ao Estado para efetivar as condições econômicas, como na regulação e na instalação de suas melhores regras. “Esses são, pois, os papéis básicos do governo numa sociedade livre – prover os meios para modificar as regras, regular as diferenças sobre o seu significado, e garantir

o cumprimento das regras por aqueles que, de outra forma, não se submeteriam a elas” (FRIEDMAN, 1984, p. 31).

Em meados da década de 1960, havia três propostas de disputa política para a América Latina, de acordo com Sader (2003, p. 31): 1) o caminho socialista para o continente, iniciado com a revolução cubana; 2) o nacionalismo militar com o governo de Velasco Alvarado no Peru, seguido por Rodriguez Lara no Equador, pelo General Torres na Bolívia e pelo General Torrijos no Panamá; 3) a ditadura militar no Brasil. A disputa, no aspecto político girava em torno das crises dos governos democrático-liberais, e no aspecto econômico por meio da crise do modelo de substituição de importações.

Frente aos projetos revolucionários entre as décadas de 1960 e 1970, dentre eles o modelo de guerras de guerrilha em países como México, Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Venezuela, Colômbia, Bolívia, Peru, Argentina, Brasil e Uruguai, inspirados pela revolução socialista cubana, a América Latina, com destaque especial para seu Cone Sul, reagiu, com a instalação dos regimes militares, para afastar as possíveis ameaças contra as seguranças nacionais, apoiada pelo governo norte-americano e sua “Aliança para o Progresso” (SANTOS, 1996).

Nesse ambiente é que o monetarismo de Friedman encontrou no Chile, com a ditadura do General Pinochet, depois do golpe militar contra Salvador Allende, em 1973, um espaço oportuno para testar suas hipóteses econômicas: o combate à alta inflação que Jeffrey Sachs usou na Bolívia se tornou a estratégia que seria posteriormente utilizada pelos países do Leste europeu.

A reforma tributária instaurada no Chile promoveu a redução dos gastos públicos por habitante (24% em educação; 36% em saúde e 34% em habitação, entre 1970 e 1985) e de investimentos estatais, mas com a criação de novos impostos. As reformas do mercado de trabalho coibiram a negociação coletiva e reprimiram os sindicatos, elevando os contratos individuais e postos de trabalhos flexíveis, com o desemprego, que, em 1974, era de 9,4% da população economicamente ativa, subindo para 26,1% em 1982, e para 34% em 1983 (CARCANHOLO, 2002, p. 89).

Ainda segundo os dados apresentados por Carcanholo (2002), para o programa de estabilização da economia, entre 1973 e 1975, o déficit operacional que era de 22,7% passou para 2,9% em relação ao PIB; o déficit primário, no mesmo período, saltou de 24,6% para 2,6% do PIB e, em 1979, esse país chegou ao superávit primário; a inflação caiu de 605,9% ao ano em 1973, para 9,9% em 1981, mas voltou a subir para 20,7% em 1982, e nesse mesmo ano, sob os impactos da crise, o PIB sofreu uma retração de 14%. Muitas das empresas que haviam sido nacionalizadas no governo

Allende, foram reprivatizadas, e entre 1973 e 1977, o controle estatal que era de 464 empresas caiu para 53.

A desregulamentação financeira interna foi inaugurada antes da liberalização financeira externa no Chile. Em 1977 e 1978 aumentou significativamente a inserção de capitais externos, os quais serviram para saldar os déficits em transações correntes, mas que, no entanto, promoveram a intensificação no déficit das contas de serviços (acima de 250% entre 1977 e 1982). A abertura externa também modificou a composição da dívida externa, que cresceu mais de 368% entre 1973 e 1982, com destaque para a supremacia da parcela privada no montante total da dívida a partir de 1980 (CARCANHOLO, 2002, p. 89).

Os resultados das políticas econômicas chilenas foram catastróficos e o seriam também para toda a América Latina nos anos de 1980 e 1990. Entre 1973 e 1983, a economia do Chile entrou num período longo de crise, com a diminuição do crescimento econômico – exceção de um crescimento moderado entre 1977 e 1980; as políticas econômicas de livre mercado faliram muitas das empresas nacionais chilenas e cederam lugar para grandes corporações multinacionais e transnacionais, que elevaram em torno de 30% o nível do desemprego no país, enquanto foram favorecidas a concentração da produção, da renda e a centralização do capital pelas elites locais e internacionais.

Para a Argentina, apesar das medidas neoliberais que foram implantadas, a inflação permaneceu acima dos três dígitos entre 1976 e 1983, e o déficit público, mesmo com declínio até 1979, voltou a crescer a partir deste período, não conseguindo alcançar o superávit primário; o déficit em transações correntes foi de 513 milhões de dólares em 1979 e de 4,8 bilhões de dólares em 1980; já o serviço da dívida pública praticamente dobrou e a dívida externa cresceu como porcentagem sobre o total do PIB, aproximadamente 214% (de 17,1% em 1976 para 53,6% em 1983) (CARCANHOLO, 2002, p. 101).

A Argentina viveu o seu período de redemocratização entre os anos de 1983 e 1989, com a vitória eleitoral de Raul Alfonsín, que assumiu a presidência da República em outubro de 1983. Contudo, os problemas da alta inflacionária, com os sucessivos insucessos de estabilização monetária nesse período, tal como o Plano Austral de 1985 que efetivou o congelamento dos preços e dos salários, junto com a crise da dívida externa, permitiram a vitória da oposição nas eleições de maio de 1989, sob a figura do presidente Carlos Menem.

Os anos 1980 na região latino-americana, conhecidos como a “década perdida” pelo baixo crescimento e mesmo pela queda do produto bruto da região, elevaram de forma exorbitante as dívidas públicas de seus Estados, provocando déficits

nas balanças de pagamentos e barrando os projetos de desenvolvimento para os seus países. Os governos buscaram estabelecer saldos comerciais que pudessem diminuir os déficits em economias que contaram com índices inflacionários aviltantes. As políticas econômicas foram direcionadas para criar a estabilidade monetária, substituindo as metas de desenvolvimento.

Intensificaram-se, a partir de 1980, nos países da América Latina, abertura das economias nacionais para o mercado internacional, desregulação econômica, novas formas flexíveis de trabalho e privatização do patrimônio público. O crescimento das transações financeiras e as taxas de lucros resultantes deslocaram parte importante do capital para a esfera especulativa em detrimento da esfera produtiva, contribuindo, desta forma, para a elevação das dívidas e dos déficits públicos, do desemprego e da inflação.

O aumento da especulação financeira com o fim dos acordos firmados em Bretton Woods (que tinha como regra cambial a paridade dólar-ouro e sistemas de taxas de câmbio fixas) no início dos anos de 1970, comandadas principalmente pelos Estados Unidos e pela Inglaterra, e com as somas de lucros resultantes das taxas de câmbio flexíveis, deslocou parte importante do capital para a esfera especulativa em detrimento da esfera produtiva (FIORI, 2007), contribuindo para a elevação das dívidas e dos déficits públicos, do desemprego e da inflação.

Entre 1981 e 1982, o fundo de investimento *Friedberg Commodity Fund*, cujas bases estavam assentadas tanto nos Estados Unidos, quanto no Canadá, comandou mais de 50% das negociações com o peso mexicano e, por sua vez, estimulou o desencadeamento da crise da dívida no México (FARNETTI, 1998, p. 200).

Os efeitos da crise mexicana podem ser expressos, dentre outros, pela rápida elevação da dívida externa, que salta de US\$ 40 bilhões em 1982 para US\$ 90 bilhões em 1984; com a inversão do crescimento econômico, que sai de 8,8% em 1981 para -0,6% em 1982; a inflação que sobe de 28,7% em 1981 para 98,8% em 1982, e com o déficit público na casa dos 17% nesse último ano (CARCANHOLO, 2002).

No momento em que esses países almejavam estabelecer um novo modelo de desenvolvimento industrial, o mesmo foi assolado pelas reformas neoliberais. O aumento das dívidas externas dos países na década de 1980 ocorreu pela elevação interna das taxas de juros, desencadeada primeiro nos Estados Unidos, para atrair capitais externos e incentivar a especulação financeira dos capitais nacionais e internacionais, e, em virtude dos cortes de novos empréstimos, pelas grandes instituições financeiras mundiais, que levaram a uma contração das fontes financeiras para o pagamento dos contratos das dívidas, através do envio dos lucros pelas

corporações multinacionais aos seus países de origem ou para outros territórios, bem como dos investimentos de capitais locais em territórios estrangeiros.

Para o período compreendido entre 1980 e 1987, o valor total da dívida externa em dólares por habitante aumentou de 981 para 1.827 na Argentina; de 454 para 876 no Brasil; de 999 para 1.699 no Chile; de 719 para 1.317 no México; de 742 para 1.412 no Uruguai e de 1.803 para 1.996 na Venezuela. Em termos proporcionais, entre 1970 e 1987, a dívida externa deslocou sua representação no PIB de 8,6% para 61,7% na Argentina; de 8,2% para 29,1% no Brasil; de 25,8% para 89,4% no Chile; de 8,7% para 59,5% no México; de 11,3% para 42,2% no Uruguai e de 5,7% para 52,3% na Venezuela (SANTOS, 2004).

Entre 1982 e 1989, uma quantia aproximada de 203 bilhões de dólares foi retirada da América Latina para os principais centros desenvolvidos. Os mais de 10 bilhões de dólares pagos pela Argentina, no mesmo período, corresponderam a algo próximo de 97% de seu superávit comercial, 35% das exportações totais e 3,5% do PIB (BORÓN, 1994). Nos anos de 1982 e 1983, no Chile, o PIB diminuiu 13,7% e a população desempregada passou para a casa dos 20% (STIGLITZ, 2002).

Como consequência, os mercados financeiros locais estiveram desequilibrados em meio a um conjunto de políticas monetárias e finanças públicas arruinadas (PFETSCH, 1998), margeadas por uma inflação, que conforme o país chegou aos quatro dígitos. Para impedir uma quebra geral, os laços de dependência entre grandes instituições multilaterais de crédito como o BM e o FMI com a América Latina foram estreitados nos anos de 1980, o que implicou altos custos sociais para seus países, cujas economias foram subordinadas pelos empréstimos e pelas orientações políticas destas instituições.

O Banco Mundial desempenhou um papel de intermediário no diálogo econômico entre os países doadores e os países beneficiários, com a função de capitalizar fundos de financiamentos externos para desenvolver projetos prioritários, como no caso da pobreza e da educação, junto a determinados países em todas as partes do globo, com seus próprios recursos e com os de outros no mercado financeiro internacional. Já ao FMI, coube o papel de coordenar as políticas de desenvolvimento e a promoção da estabilidade da balança de pagamento nos países sob os quais obteve os seus consentimentos.

Para garantir o pagamento dos serviços da dívida foi necessário criar um superávit comercial que, de um lado, foi concedido aos Estados por meio de subsídios, no intuito de aumentar as exportações; de outro, os poucos investimentos internos acabaram sufocados pelas altas taxas de juros. Este superávit foi usado principalmente para pagar os juros das dívidas externas, despencando a demanda interna, as

exportações, os salários dos trabalhadores, os investimentos internos e externos, com prejuízos ao desenvolvimento dos países latino-americanos e a consolidação de sociedades marcadas pela concentração excessiva de suas riquezas nas mãos de poucos grupos.

As políticas econômicas dos Estados latino-americanos para sair da crise estiveram ancoradas nos mesmos princípios daquelas usadas pelos Estados desenvolvidos. Mas ao contrário destes últimos, a abertura econômica foi feita às pressas e as políticas industriais que buscavam promover o desenvolvimento foram suplantadas em diversos setores, junto com a retirada expressiva do Estado no aparelho industrial através das privatizações, subjugado ainda pelo desenvolvimento tecnológico ocorrido nos países desenvolvidos. Essa deficiência científica e tecnológica justificou, em parte, a abertura das fronteiras que viriam a desmontar os setores industriais estatais, mediante a imposição das potências industrializadas.

As taxas de investimento em relação ao PIB caíram para os países latino-americanos entre os anos de 1980 e 1986, de 23,9% para 15,6%, mesmo com a poupança interna tendo aumentado de 21,6% para 22,7% em relação ao PIB. De acordo com Borón (1994), o significado desses números registraria a queda de um terço nos investimentos transferidos através de remessas de lucros e pagamento das dívidas externas. Os investimentos governamentais diminuíram de 8,5% para 7,4% sobre o PIB, entre 1982 e 1986, na Argentina, de 10,4% para 5,6% no México e de 9,6% para 7,3% na Venezuela.

Com as dívidas dos Estados e a configuração da transição de um modelo hegemônico de capitalismo para o neoliberalismo, ganhou os capitais financeiros interno e externo sobre as economias latino-americanas, o que provocou o aumento da pobreza e da miséria para a maioria populacional na região (CHESNAIS, 1996; CHOMSKY, 2002).

Para a Argentina, um país com uma tradição histórica nas lutas e nos direitos conquistados pelos trabalhadores, entre 1961 a 1980, a diminuição da renda nacional para os mais pobres passou de 17,3% para 14,5%, enquanto que a renda dos 10% mais ricos subiu de 39,0% para 44,0%. Entre 1981 e 1989, a variação do PIB por habitante acumulada sofreu queda de 24,9% na Venezuela, 23,5% na Argentina, 9,2% no México e de 0,4% no Brasil; Chile e Colômbia contrariaram estes números e elevaram a mesma variação em 9,6% e 13,9% (BORÓN, 1994).

Diante do aumento do desemprego e do deslocamento de parte dos trabalhadores para o setor informal da economia, o que por sua vez gerou maior quantidade de excluídos da proteção social, houve uma diminuição considerável no salário real. A arrecadação dos Estados sofreu quedas quando cresceu o número de

aposentados e as fraudes, provocando atrasos nos pagamentos das contribuições sociais.

Com as crises, esses fenômenos se tornaram mais constantes quando, por exemplo, os empregadores usaram a especulação financeira, num período de alta inflação, para atrasar o recolhimento das contribuições. No que diz respeito ao setor privado, Salama (1997) mostra os dados referentes à segunda metade da década de 1980 para as fraudes das contribuições sociais, de 23% do montante total devido na Argentina, 33% no Peru, 27% no Uruguai e 60% para o Brasil.

Na metade da década de 1970, apenas México, Colômbia e Venezuela apresentavam regimes democráticos. Ainda nos anos de 1980, os países da América Latina sofreram uma abertura política que restabeleceu os regimes democráticos e liberais. A democracia eleitoral representativa, que em muitos dos países desenvolvidos se consolidou com o final da Segunda Guerra Mundial, foi interrompida com os regimes militares nos países latino-americanos, como no Chile, Brasil, Argentina, Bolívia e Uruguai.

Mesmo com o forte apoio popular em países como o Brasil para a transição democrática, prevaleceram as coalizões conservadoras que levaram ao plano internacional o processo de liberalização (GOMES, 2006; KINZO, 2001). O neoliberalismo passou a ter uma relação íntima com os governos democráticos e liberais. O lento avanço político presenciado com os processos de democratização caminhou ao lado da crise econômica, do aumento da pobreza e da miséria para as populações menos favorecidas latino-americanas.

O IMPACTO DO NEOLIBERALISMO NA DÉCADA DE 1990

As reformas neoliberais de “ajuste” estrutural estabelecidas nos países da América Latina na década de 1990, sob a orientação do BM e do FMI, estiveram espelhadas nos princípios do Consenso de Washington, firmados em 1989. Em resumo, seus objetivos consistiam em promover a abertura das economias nacionais, desregulamentar os mercados, diminuir os gastos sociais dos Estados, flexibilizar os direitos e as formas trabalhistas, privatizar o patrimônio público e regular o déficit fiscal (DEL PINO, 2002).

O consenso das reformas liberais latino-americanas não foi algo instituído a partir do entendimento de suas populações, mas ao contrário, imposto sob o disfarce de desenvolvimento e modernidade, pelas elites locais e internacionais, para ampliar as técnicas de exploração sobre as massas populacionais. Mas depois de impulsionadas, mesmo com os vários movimentos contestatórios que desembocaram em toda a região,

o fato é que a aceitação, e inclusive a defesa desses paradigmas por amplas parcelas de todas as camadas populacionais, efetivaram-se majoritariamente nos países latino-americanos.

Os resultados neoliberais na economia política latino-americana desembocaram numa excessiva valorização das moedas atreladas aos déficits comerciais; a abertura dos mercados fez com que muitos setores industriais nacionais falissem, porque tiveram que competir com as corporações internacionais, elevando as taxas de desemprego, da pobreza e da miséria. Ou seja, enquanto os países ricos do Ocidente forçaram muitos dos países pobres a acabar com as suas barreiras comerciais e aumentar as importações, os primeiros mantiveram, ao mesmo tempo, as suas tradicionais medidas protecionistas.

Com a transição dos regimes democráticos, cumpriu-se a função de intensificar as reformas neoliberais nos países da América Latina nos anos de 1990. Nas observações de Cervo (2010), os processos de implementação das orientações políticas e econômicas tiveram variações. Argentina e Chile passaram por adaptações rápidas, severas e transformadoras; Brasil e Venezuela sofreram entraves políticos; o México caminhou para o lado do bloco da América do Norte.

A esquerda nos países latino-americanos também contou com a derrota do socialismo e a dissolução da União Soviética no final dos anos de 1980, e até Cuba reformulou a sua política econômica depois da crise de 1989-1994, onde o governo permitiu a organização de atividades privadas, antes destinadas exclusivamente ao setor estatal (com exceção da educação e da saúde), além de maior circulação de dólares e de contratos com empresas estrangeiras no país.

A primeira leva de presidentes democráticos do começo da década de 1990, composta por Carlos Andrés Peres na Venezuela, Alberto Fujimori no Peru, Carlos Saul Menem na Argentina, Carlos Salinas de Gortari no México e Fernando Collor de Mello no Brasil, instalaria os suportes para as experiências neoliberais por toda a sua extensão até o final do século XX.

A prática política foi utilizada até o final de 1994, quando estourou a crise do México. A diminuição das taxas de juros internacionais e as várias negociações desafogaram temporariamente as dívidas externas, mas as políticas de ajuste davam sinais de sérios problemas. Os países foram levados a estabelecer políticas de déficit comercial em virtude do déficit comercial norte-americano, pois o país precisava encontrar um equilíbrio na sua balança de pagamentos, ou seja, os países latino-americanos tiveram que passar a comprar mais dos Estados Unidos e exportar capital para a economia norte-americana justamente quando mais precisavam desses

recursos. Essa política econômica valorizou as moedas locais por meio da âncora cambial, aumentando as taxas de juros da dívida pública e a privatização da economia.

Na Argentina governada pelo presidente Menem (1989-1999), a racionalidade do neoliberalismo colocou o país diante de uma nova organização nacional, com o aumento crescente da pobreza e uma nova inserção internacional fez dos argentinos a população de pagadores dos altos empréstimos contraídos.

A limitação e a diminuição da eficiência dos gastos sociais puderam ser executadas pelas políticas de descentralização sobre os programas de assistência social angariadas pelo Estado, o qual, a partir de 1989, passou a delegar a maior parte da responsabilidade desses programas de assistência para as suas províncias e municípios.

De 1989 a 1991, mais de 14 bilhões de dólares foram pagos pelo governo Menem aos credores externos, sendo que mais da metade deste valor foi retirado da capitalização da dívida efetuada com as privatizações, enquanto o desemprego passou para a casa dos dois dígitos durante toda a segunda metade dos anos 90 (BORÓN, 1994).

Frente a esses incentivos, as exportações e os índices de crescimento caíram na América Latina, mas as importações aumentaram, provocando déficits comerciais. Para tentar amenizar o rombo, a entrada de capitais de curto prazo atrás dos altos juros foi retirada depois de contemplar seus interesses, quer dizer, multiplicar-se na especulação financeira.

Todas esas tendencias en la distribución de capital, de empleo, producción, de ingresos, de bienes y servicios en el mundo de hoy, están en relación con el cambio en las relaciones entre las diversas formas de acumulación capitalista en favor de la absoluta hegemonía de la acumulación especulativa. Así, las transacciones cambiarias mundiales que eran más o menos de 20 mil millones de dólares en 1970, eran ya de 1,3 trillones de dólares en 1999. Solamente en Estados Unidos, en 1980 los "fondos de pensión", los "fondos comunes", las compañías de seguros y los seguros de vida, constituían activos financieros por 1,6 trillones de dólares, alrededor del 60% del PIB del país. Pero en 1990 esos activos eran ya 5,2 trillones de dólares, el 95% del PIB y en 1993 eran más de 8 trillones de dólares, el 125% del PIB del país. El predominio financiero se muestra también en la llamada "financiarización" de las empresas, porque sus inversiones productivas decrecen continuamente a favor de las financieras. [...] En 1983, las ganancias en bolsa en la periferia llegaban todavía a los 100 billones de dólares. Pero en 1993, la cifra era ya de 1500 billones. (QUIJANO, 2001, p 09)

O setor financeiro apareceu e se ampliou com a elevação das dívidas externas e seus pagamentos repetitivos, beneficiando não só os grupos mais ricos, mas também

proporcionando a ascensão de setores intermediários restritos, importantes na defesa do neoliberalismo.

Como lembra Chesnais (1996), as especulações do capital financeiro retiram da produção do trabalho, nas variadas categorias e qualificações, os subsídios para a sua reprodução indiscriminada, ao incrementar as explorações sobre os trabalhadores e decretar ainda mais as distâncias no se refere à dominação dos países centrais em relação aos países periféricos, sobretudo no que toca à participação econômica e política vinculada ao capital monetário rentista, tendo como aliados as restritas burguesias no interior de cada país.

Ao retirar do processo produtivo do trabalho os insumos necessários para a sua multiplicação, a liberalização financeira rapidamente tem fortalecido os mercados financeiros que, ao encontrarem fontes mais lucrativas de investimentos em menores espaços de tempo, não só ampliam a exploração do trabalho, mas tendem a impedir a geração de novos empregos e a colocar no desemprego ou no mercado da informalidade, parcela significativa da população, fortalecendo e ampliando a concentração restritiva da riqueza.

As finanças de mercado, ou finanças desintermediadas, “mundializadas”, são excludentes, em grau mais forte do que as formas de internacionalização precedentes. Elas penalizam, de modo particularmente severo, os países em vias de desenvolvimento, em sentido estrito. Pois esses países não têm a honra de possuir um mercado financeiro “emergente” que possa ser integrado, nem empresas capazes de atuar nos mercados de títulos e ações dos grandes países industrializados. (CHESNAIS, 1998, p. 13-14)

Essa e outras formas de acumulação, designada por Fontes (2010, p. 198) de “capital-imperialista”, inserida no contexto mais amplo de funcionamento da estrutura do sistema capitalista, não contrapõe o capital financeiro ou bancário ao capital industrial ou de serviços, mas os apresenta em estreita correlação, ou seja, “pornograficamente” associados.

Em 1992 foi criado o Mercado Comum do Sul (Mercosul), embalado por um pequeno período de crescimento econômico no início da década, o qual durou pouco, e composto inicialmente por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. No intuito de fortalecer as relações comerciais no Cone Sul dos países latino-americanos, o Mercosul obteve importantes resultados entre as economias de médio porte, como o Brasil e a Argentina, os quais tinham um setor industrial consolidado.

Os acordos econômicos vieram a estimular novas relações diplomáticas na região, com a manifestação de interesses na incorporação ao Mercosul por países

pertencente ao Pacto Andino, entre eles o Chile e o Equador, apesar das dificuldades pelas quais passou o Brasil com sua desvalorização do real em 1999.

As crises pelas quais estiveram submetidos os países da América Latina, na segunda metade da década de 1990, impediu o fortalecimento e o crescimento do Mercosul, que começou a ser encarado como alternativa importante nas relações econômicas e políticas regionais. O resultado econômico da participação latino-americana no comércio mundial sofreu uma queda de 1,2% para 0,8% nesse período, refletindo seu baixo potencial externo tanto na economia, quanto na política.

A prometida globalização experimentou um efeito contrário do que foi divulgado anteriormente, já que por estes números, refletidos pelo fracasso da política de abertura, foi possível retroceder e não avançar. A globalização que foi experimentada esteve vinculada com a entrada massiva de produtos, tecnologias e hábitos culturais comprados a um preço de difícil mensuração, muito além do econômico, fixado pelos países desenvolvidos.

Sem recursos e com o desmonte crescente dos serviços públicos, o Estado do México não conseguia pagar mais os juros da dívida externa e seu sistema cambial desmoronou. As reservas abaixaram com a retirada de capitais do país por aqueles que sabiam que poderiam ganhar com a crise de 1994. O México possuía altas reservas de investidores internacionais, próximas a 40 bilhões de dólares, e para que não fossem comprometidas, foi criado um fundo de outros 40 bilhões de dólares (CHESNAIS, 1996).

A garantia deste fundo, criado por instituições internacionais e com pressão norte-americana, foi alocada nos recursos das exportações de petróleo mexicana. Seu papel cumpriu a função de proteger tais investidores, reorganizar o peso mexicano e garantir que o Estado pagasse suas dívidas, cortando importantes recursos dos gastos sociais e intensificando a exploração sobre a sua população marginalizada.

Na segunda metade da década de 1990, alguns países retomaram determinadas questões dos movimentos revolucionários da década de 1960 e 1970, entre eles a organização de um “novo” zapatismo em Chiapas, no México; o Movimento dos Sem Terra (MST) no Brasil; uma democracia de cunho participativo e bases bolivarianas na Venezuela; a ampliação das forças armadas e políticas das guerrilhas na Colômbia, como no caso das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Estes focos representaram movimentos contestatórios às reformas políticas e econômicas que vinham massacrando os países da América Latina.

Para sustentar o neoliberalismo, a Argentina teve que trabalhar com a política de paridade cambial com o dólar; El Salvador e Equador impuseram a dolarização de suas economias; a opção da “terceira via” fracassou com os governos de Fernando de la

Rua na Argentina, Ricardo Lagos no Chile e Vicente Fox no México, tal qual com os governos de Bill Clinton e de Tony Blair nos Estados Unidos e na Inglaterra com a mesma proposta. A pior crise desde a década de 1930 pela qual passou a América Latina de 1995 a 2000, nas observações de Sader (2003).

As políticas de ajuste fiscal que apareceram com o discurso inicial de reorganizar as economias no mundo pelo Banco Mundial e pelo FMI, ao invés de estimular o crescimento e o desenvolvimento para os países subdesenvolvidos latino-americanos, mergulharam essas nações numa crise muito pior, dado o desequilíbrio das balanças de pagamento e o crescimento exponencial do endividamento público, o desestímulo ao investimento e o aumento da multiplicação especulativa de capitais em mercados financeiros, a expansão da pobreza e da miséria, como no caso da crise asiática em 1997, no Leste Asiático (fora a China), na Rússia em 1998 e no Brasil em 1999, enquanto os EUA passavam por uma fase de crescimento econômico nesse período.

Quando um país entrava numa crise, os recursos e os programas do FMI não conseguiam estabilizar a situação e, em muitos casos, chegavam até mesmo a piorar o quadro, principalmente para as populações carentes. O FMI não só fracassou na sua missão original de promover a estabilidade global, na descrição do ex-economista chefe do Banco Mundial, mas também não teve êxito nas missões que tomou a seu cargo, como a de orientar a transição dos países do comunismo para a economia do mercado (STIGLITZ, 2002).

Duas décadas de reformas neoliberais provocaram desestruturação dos Estados latino-americanos e debilitaram suas economias. Os Estados Unidos buscaram invadir a região com propostas de acordo de livre comércio, entre eles a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e os acordos bilaterais estabelecidos com o Chile, Guatemala e El Salvador, no sentido de expandir sua capacidade hegemônica capitalista. Equador, Bolívia e Peru permaneceram dependentes do mercado norte-americano enquanto economias primário-exportadoras, com um movimento de massas no campo.

Assim, os resultados das políticas neoliberais indicaram um acréscimo de nove pontos percentuais sobre o índice da pobreza na região, que passou de 35% no início da década de 1980 para 44% no final da década de 1990, e de cinco pontos na taxa de indigência, que passou de 15% para 20% no mesmo período (BANDEIRA, 2002).

As formas de extrema exploração do trabalho foram intensificadas na década de 1990 principalmente nas maiores economias como o Brasil, o México e a Argentina (MARTINS, 2007). A mão-de-obra barata latino-americana foi justificada em nome da

competitividade, enquanto os países mais competitivos pagaram melhores salários para os seus trabalhadores.

Essa é uma estratégia que permite manter os restritos lucros para as elites internas, como também exportá-los para o benefício das elites externas, fora o fato de as economias latino-americanas contarem com altos índices de desemprego e trabalho informal, o que, inclusive, também passou a aumentar para os países desenvolvidos com as reformas neoliberais.

Porém, a estabilidade econômica e o aumento de produtividade do sistema empresarial teriam sido considerados os maiores ganhos dos governos na América Latina, mesmo com o aumento da dependência e o atraso histórico que esses governos neoliberais impuseram às suas populações.

Quando muitos economistas subservientes ao neoliberalismo argumentavam que os países da América Latina possuíam pequena poupança acumulada e de que era preciso capital internacional para cobrir os déficits, uma quantidade cada vez maior de recursos era retirada de suas economias sob a forma da fuga de capitais, pagamentos de juros, envio de lucros, pagamentos de serviços superfaturados, dentre outros.

A crise nos Andes, segundo Santos (2004), teria sido ainda pior caso os negócios das drogas não tivesse expandido. A máfia colombiana passou a organizar a venda de drogas nos Estados Unidos e na Europa em parceria com as máfias italianas e cubanas que já controlavam boa parte do comércio ilegal nesses países. Como o fluxo de capitais foi muito grande, as máfias latino-americanas penetraram no mercado financeiro internacional, que lhes proporcionaram aumentar seu poder regional.

As reformas políticas e econômicas neoliberais nos países latino-americanos acabaram por afastá-los ainda mais dos centros de poder mundial, tornando-os submissos, como tradicionalmente tem sido feito, às regras internacionais organizadas pelos países desenvolvidos. Historicamente, o território e a população dos países da América Latina, dentre outras nações do globo, têm sido fonte de riquezas para garantir o poder de algumas nações mais poderosas no mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reformas políticas e econômicas dos programas neoliberais tiveram impacto em todos os continentes e, com maior ou menor força, sobre os seus respectivos países. O conjunto das regras teóricas e práticas, das ações e recomendações direcionadas aos governos e às economias nacionais, às reformas dos Estados e das suas políticas, não assumira a forma de receitas prontas para o exercício da gestão pública. Ao contrário, particularidades e semelhanças na execução dos

postulados neoliberais em escala global remetem aos estudos de caso, levando em consideração cada Estado-nação dentro de sua conjuntura histórica.

De forma geral, o neoliberalismo para os países desenvolvidos assumiu características bem distintas daquele projetado para os países subdesenvolvidos, isso devido ao desenvolvimento do capitalismo em cada nação e sua inserção dentro dos mecanismos políticos e econômicos em nível internacional, apesar das várias estratégias relacionadas com os princípios e os fundamentos de um corpo de doutrinas implementadas em uma lista extensa de países com princípios e regras semelhantes, principalmente depois da abertura econômica do principal eixo opositor ao capitalismo, como no caso da condução do FMI na administração da transição para uma economia de mercado na antiga União Soviética e nos países socialistas da Europa; a criação de uma grande e potencial economia de mercado na China; a queda do muro de Berlim e a unificação da Alemanha em um único território capitalista, e os demais casos socialistas, como o de Cuba, por exemplo, que não impediu certa abertura econômica na década de 1990.

O neoliberalismo consistiu numa reorganização do imperialismo, na manutenção da soberania dos interesses dos países ricos e suas parcelas minoritárias da população mundial, que atreladas, sobretudo às elites locais dos países pobres, impuseram a crença de que o mundo e o restante da população deveriam servir aos seus interesses e propósitos, tanto pelo consenso da manipulação da consciência, que facilita o processo e reúne distintas camadas populacionais, majoritariamente visto em sociedades como as latino-americanas, quanto pela dominação através do uso força.

Quando os países subdesenvolvidos foram forçados a diminuir ou até a eliminar suas tarifas comerciais pelos países desenvolvidos, os mesmos acabaram por manter as suas barreiras alfandegárias, limitando as exportações dos países em desenvolvimento, constituídas principalmente de produtos agrícolas. Essa diferenciação cumpre papel importante para o entendimento de como ocorreu o processo de abertura das economias em países como os latino-americanos e em países como o Japão, a Alemanha e os Estados Unidos.

O papel do Estado neoliberal foi fundamental para decretar a condenação dos direitos sociais e da separação entre os benefícios e a contribuição do trabalho, ao favorecer a hegemonia do capital financeiro; privatizar o patrimônio público; desregular a economia; flexibilizar a organização do trabalho e aumentar o desemprego e o trabalho informal; diminuir o investimento na produção; contribuir para a manipulação ideológica através dos processos tecnológicos da comunicação de massa.

Uma herança comum rompeu as fronteiras com a desagregação das sociedades, ao aumentar as dificuldades em estender os laços de solidariedade, de

integração social e da ação coletiva, contrariando os preceitos e a prática da cidadania em bases democráticas sólidas. A competição e a competência assumiram os preceitos para os ditames da determinação de méritos duvidosos, necessários para a manutenção das desigualdades sociais, geralmente encoberta com a noção do desenvolvimento, através da formação de seres conscientes diante de uma falsa consciência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.), **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

BANDEIRA, L. A. M. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Rev. Bras. Polít. Int.**, 45 (2): 135-146, 2002. Disponível em: <<http://www.googleacademico.com.br>>. Acesso em: 03 mai. 2011.

BORÓN, A. A. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Trad. E. Sader. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

CARCANHOLO, M. D. **Abertura externa e liberalização financeira: impactos sobre crescimento e distribuição no Brasil dos anos 90**. 251 p. Tese (Curso de Pós-Graduação em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

CERVO, A. L. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. **Rev. Bras. Polít. Int.**, 43 (2): 05-27, 2010. <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 30 abr. 2010.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. Trad. S. F. Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. Os crashes financeiros asiáticos e os mecanismos de propagação internacional de crise econômica. In: CHESNAIS, François (Org.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. Trad. C. C Cacciacarro; L. Leiria; S. Foá; V. C. da Paz. São Paulo: Xamã, 1998, p. 292-328.

CHOMSKY, N. **O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global**. Trad. Pedro Jorgensen Jr. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.

DEL PINO, M. Política educacional, emprego e exclusão social. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo, Cortez Editora, [Buenos Aires, Argentina], CLACSO, 2002.

FARNETTI, R. O papel dos fundos de pensão e de investimentos coletivos anglo-saxônicos no desenvolvimento das finanças globalizadas. In: CHESNAIS, F. **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. Trad. C. C Cacciacarro; L. Leiria; S. Foá; V. C. da Paz. São Paulo: Xamã, 1998.

FIORI, J. L. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Bomtempo Editorial, 2007.

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2. Ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. Trad. L. Carli. São Paulo, Abril Cultural, 1984.

GOMES, F. G. **Conflito social e welfare state**: Estado e desenvolvimento social no Brasil. *RAP*, V.02, n.40, p.201-236, mar./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 5ª ed. Trad. A. Sobral; M. S. Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

KINZO, M. D. G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, n.15(4), p.03-12, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

LAURELL, A. C. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, A. C. (Org.). **Estado e Políticas sociais no neoliberalismo**. Trad. R. L. Contrera, São Paulo, Cortez Editora, 1997.

MARTINS, C. E. A outra face da Teoria da Dependência. *APORTES: Revista de la Facultad de Economía - BUAP*. Año VI, Núm. 18, p. 01-04, maio 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

PFETSCH, F. R. Capacidade de atuar e legitimação do Estado democrático de direito na era da globalização. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Campinas, n.41 (2): 102-117, 1998. <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 17 nov. 2009.

QUIJANO, A. **Colonialidad del poder**: globalización y democracia. *Umbral*, p. 01-41, ago. 2001. Disponível em: <www.googleacademico.com.br>. Acesso em: 30 jul. 2011.

SADER, E. **A vingança da História**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.

SALAMA, P.; VALIER, J. **Pobrezas e desigualdades no terceiro mundo**. Trad. C. M. Mathieu, São Paulo, Nobel, 1997.

SANTOS, T. **América Latina**: democratização e ajuste estrutural. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 5: 01-17, 1996. <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 30 jun. 2010.

_____. **Do Terror à esperança**: auge e declínio do liberalismo. Aparecida, SP, Idéias & Letras, 2004.

STIGLITZ, J. E. **A globalização e seus malefícios**. Trad. Bazán Tecnologia e Lingüística, São Paulo, Futura, 2002.